



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

RETROSPECTIVA GOVERNAMENTAL E NOVAS PROPOSTAS DE AÇÃO

Cadeia nacional de rádio e televisão
Palácio do Planalto
7 de outubro

O Presidente José Sarney dirige-se ao povo brasileiro para oferecer um depoimento sobre o seu governo e manifestar a necessidade, em virtude da dissolução da Aliança Democrática, de uma base de sustentação política e congressional que lhe permita governar o País.

6 de outubro — O Presidente José Sarney decide, durante o fim de semana, incluir a exigência de cinco anos de mandato para si próprio no programa mínimo de governo que deve dar base à seu novo esquema de apoio político.

Brasileiras e brasileiros:

Estou esta noite para uma conversa franca e de certo modo um desabafo.

Eu não vou explicar as condições dramáticas de minha investidura na Presidência da República. O povo brasileiro sabe, e foi testemunha de todos esses fatos. Herdei para cumprir — e cumpri — o compromisso firmado pela Aliança Democrática entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro e o Partido da Frente Liberal. Com determinação e perseverança. Tudo que ali foi acordado conseguimos realizar.

Vamos aos fatos.

Realizamos:

— eleições diretas em todos os níveis, inclusive para Presidente da República, a ser eleito por maioria absoluta em dois turnos;

— convocação da Assembléia Nacional Constituinte, que hoje se reúne para discutir os grandes problemas nacionais e o futuro institucional do País;

— legalização dos partidos então chamados de partidos clandestinos;

— reformulação da legislação eleitoral, de modo a instaurar a plena liberdade de organização partidária, possibilitando a formação de novos partidos (mais de 20 partidos foram criados);

— eleições para as capitais dos Estados, para os municípios de segurança nacional;

— funcionamento das centrais sindicais;

— total liberdade de informação;

— extinção da sublegenda;

— retorno da coligação de partidos;

— inexistência de qualquer intervenção nos sindicatos;

— reconhecimento da autonomia e da plena liberdade sindicais.

Mas, não ficamos limitados em nossos atos a apenas honrar os nossos compromissos predominantemente institucionais da Aliança Democrática, removendo os obstáculos da nossa democracia.

Eu fui mais longe.

Ampliamos as conquistas políticas, sociais e econômicas, como o recadastramento eleitoral, possibilitando as mais legítimas eleições já realizadas no País. Naquele tempo nós tivemos a oportunidade de dizer que éramos a segunda democracia do mundo ocidental. Pois bem, na última eleição, nos Estados Unidos, o número de votantes foi inferior ao número de votantes em nossa última eleição.

Foi instituído o vale-transporte obrigatório para todos os trabalhadores; o seguro-desemprego, que era um tabu, foi assegurado neste Governo; acesso democrático ao rádio e à televisão pelos partidos políticos; reconhecimento de di-

reito de voto aos analfabetos; adesão do Governo brasileiro à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis.

E eu relembro com que emoção eu firmei aquele tratado nas Nações Unidas, e também nós firmamos o pacto da Organização dos Estados Americanos sobre os direitos humanos; a legalização da União Nacional dos Estudantes; a criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher; a retomada do processo de desenvolvimento, como uma opção fundamental da sociedade brasileira.

O povo brasileiro queria sair da recessão. E nós saímos da recessão. A taxa de crescimento foi de 17,2% no biênio 85/86, e este resultado se torna mais importante quando nós sabemos que foi a maior taxa de crescimento do bloco ocidental de 1986.

Recuperamos os níveis de emprego. A taxa global de desemprego, quando nós assumimos o Governo, era de 8,3%; caiu para 2% em 86, e já em agosto deste ano ela estava em 4,22%. Concedemos anistia aos dirigentes sindicais cassados; a democratização e a desburocratização das eleições sindicais; a representação dos trabalhadores no Conselho Monetário Nacional, onde se discute a política econômica do País, nos conselhos da SUDAM, da SUDENE, da LBA, no Conselho da Mulher, de Defesa do Consumidor e no dos cálculos do índice do IBGE; a adoção da correção monetária e juros para as indenizações trabalhistas.

Embora em meio às dificuldades imensas, que nos últimos tempos marcaram a situação econômica e social do País, é com orgulho que nós podemos proclamar que nenhum retrocesso na caminhada democrática se verificou. Durante esses 2 anos e 8 meses, as instituições se fortaleceram. Respira-se liberdade em todos os recantos do País. Pois bem, agora, estamos com um fato novo, extremamente importante para o projeto político brasileiro. A Aliança Democrática foi desfeita. E eu, para governar, preciso de uma base de sustentação política e congressional que me assegure administrar sem freios e sem limitações. Governei com a Aliança, cumpri todos os compromissos da Aliança; ela agora se desfez. Pois nós necessitamos — e eu proclamo isto a todo o povo brasileiro nesta noite: necessitamos

de uma maioria nítida, clara, segura, insofismável, que assegure uma tranqüilidade ao Governo e, portanto, uma tranqüilidade à Nação brasileira.

Com esse objetivo, eu quero comunicar ao povo brasileiro que entreguei hoje ao Presidente do PMDB e ao presidente da Frente Liberal, Ulysses Guimarães e Marco Maciel, um documento-compromisso, no qual se propõe o estabelecimento de um programa mínimo, pelo qual o Presidente da República, livre de pressões, tenha absoluta liberdade para compor sua equipe de Governo e propor as ações políticas, econômicas e administrativas de interesse do País.

A nação deseja estabilidade e nós sabemos que todo o período de transição é sempre, em qualquer lugar, um período muito difícil.

Vamos, assim, iniciar uma nova etapa. O problema brasileiro é, em grande parte, um problema político. O econômico e o social são conseqüências do primeiro, e já se disse: dai-me uma boa política e terei uma boa economia.

Os nossos partidos — é uma constatação óbvia — estão divididos em blocos e sub-blocos com ideologias totalmente diferentes. Nós precisamos, portanto, saber as forças com que contamos para a grande tarefa da reconstrução nacional, nessa segunda etapa do meu Governo.

O povo precisa ter certeza de que o futuro será melhor. Os empresários precisam ter confiança para voltar a investir. O Brasil precisa resolver o problema da dívida, reintegrar-se no mundo financeiro e agir pragmaticamente, com realismo. É claro que isso deve ser dentro dos nossos interesses, assegurando a nossa soberania. Sem pagar o preço da recessão. Os nossos operários precisam ter a segurança de que o desemprego não baterá às suas portas. Que seus salários não serão achatados. São estas as indagações que estão na consciência dos vários segmentos da sociedade brasileira.

Para isso, repito, é necessário, é fundamental, é básico que tenhamos estabilidade política. Se nós pudemos avançar naquele rol que eu citei, de tantas conquistas, foi por-

que nós tivemos o respaldo que houve, ainda antes da eleição da Aliança Democrática. Pois bem, agora o meu objetivo é assegurar essa estabilidade para conclusão do meu mandato e para resolver os problemas do nosso País. E eu devo confessar que, em nenhum momento desses dois anos de Governo, eu senti um apoio firme e necessário, quando, por exemplo, eu adotei o Plano Cruzado. Muitos ficaram contra.

Veio a eleição, o Cruzado teve seu período de glória. E todos dessa glória participaram.

Aí nós chegamos às nossas dificuldades de novembro. Os ajustes foram ajustes dolorosos.

Para evitar o pior, executamos, temos de reconhecer, uma política que não tinha nada para ser uma política popular, uma política de juro e de preços. Mas são os ossos de quem governa, era meu dever e minha responsabilidade. De certo modo eu fiquei isolado. Fiquei responsável por tudo. Não tive nem apoio naqueles instantes dessas medidas e nem divisão de responsabilidades. Eram ruidosos os ataques de meus companheiros. Dos êxitos todos foram nossos, das dificuldades somente eu tive o pesado ônus. O mesmo aconteceu com a reforma agrária, o mesmo aconteceu com a moratória. Aqueles que mais batiam palmas ao Governo foram os que mais o atacaram.

O povo é testemunha de minha dedicação ao País. Dedicação que é em tempo integral, sem férias, sem fins de semana, sem feriados.

Eu sei que isso não é mais do que uma obrigação do Presidente. Porém, eu tenho ido até ao sacrifício pessoal, além dos meus deveres, com a vontade e a determinação de servir ao povo.

Neste momento, que é um momento decisivo, eu quero, eu necessito de um apoio explícito para levar a bom termo o processo da transição democrática e assegurar o desenvolvimento econômico do País, que não pode ser interrompido.

A Aliança cumpriu com a sua tarefa e eu vou cumprir agora as novas metas. Nós sabemos as soluções, sabemos superar os obstáculos. Precisamos superar os obstáculos políticos.

Eu espero a colaboração dos partidos e dos parlamentares. E tenho absoluta certeza de que eles não faltarão ao Brasil. E eu posso até avançar um pouco mais, ao proclamar que o ideal, para queimarmos etapas, seria, neste instante, um Governo de união nacional. Estou aberto, como sempre estive, a um diálogo sobre esse tema.

Brasileiras e brasileiros, preciso, nos dois anos que me restam de mandato, concluir a obra política, concluir a obra gigantesca que é a obra da restauração da democracia, ordenar as finanças, sem descuidar do que é essencial ao nosso desenvolvimento. E é possível realizar tudo isso. Mas, nós precisamos de tranquilidade política, de uma maioria clara, definida dentro do Congresso, de apoio ao Governo em suas ações políticas e administrativas.

E esse apoio, nós desejamos para quê? Desejamos para realizar a política econômica. O plano macroeconômico que aí está; equacionar o problema da dívida externa de uma forma realista; enxugar a máquina administrativa, extinguindo órgãos e até ministérios; admitir pessoal apenas por concurso público; privatizar as áreas não essenciais e não estratégicas; punir, com demissão, qualquer funcionário, em cargo de confiança, que seja omissos nos casos de denúncia de corrupção; abrir novas perspectivas para o Nordeste, o Centro-Oeste, a Amazônia, criando plataformas de exportação e utilizando o instrumento de conversão da dívida em investimento; adotar uma política de emergência para as populações de baixa renda.

Nós estamos vendo, a cada dia, como cresce o problema habitacional nas grandes cidades, nas estradas e nas periferias; um programa de emergência mobilizando a administração federal, estadual e municipal contra a violência que é esta grande chaga que hoje atinge toda a nossa sociedade.

Nós precisamos descentralizar a administração pública, apoiar efetivamente a iniciativa privada para que ela tenha confiança e volte a investir; estabelecer um sistema de carreira no serviço público; racionalizar a administração e não permitir a injustiça dos hoje chamados marajás, estabelecendo tetos de vencimento que não poderão ser ultrapassados; e efetuar a reforma agrária com rapidez.

Mas, brasileiras e brasileiros, nós devemos também dizer que o Brasil não é somente um País viável. É um País extraordinário. Nós, brasileiros, conseguimos, em pouco tempo, construir o maior país abaixo da linha do Equador. Não temos somente coisas a fazer, problemas, mas também temos realizações que orgulham todos nós. O progresso era privilégio do Norte do mundo. O Brasil quebrou essa regra. Somos a oitava economia do mundo. Tivemos, este ano, para dar um exemplo, a maior safra agrícola de nossa História. Foram 65 milhões de toneladas de grãos.

Nós fabricamos computadores, automóveis, trens, navios, aviões, fábricas de fábricas, turbinas.

Há 50 anos nós importávamos botões e até alfinetes.

A economia está melhorando.

As perspectivas são boas.

A inflação caiu de 25% para 6%.

O superávit da exportação, que era zero em janeiro, é hoje de 1 bilhão e 400 milhões de dólares por mês.

E o Brasil precisa preparar-se para o século XXI.

Restaurar a crença em suas instituições.

Restaurar a crença no seu futuro.

Criar uma unidade solidária em favor do País, independente de partidos e convicções políticas.

E ajudar o Presidente a resolver os problemas nacionais, que se acumularam ao longo do tempo.

A hora é, portanto, uma hora de construir.

Nós temos soluções.

E não há nada a temer.

E nem há motivos para regressos.

Eu quero terminar dizendo que nós vamos suplantar os problemas políticos e vamos suplantar os problemas econômicos e os problemas sociais.

Estou determinado, mas determinado mesmo, a fazer as modificações que forem necessárias, sem qualquer concessão de ordem pessoal ou política. Para isso, eu repito: espero contar com os partidos, com os congressistas e com os governadores.

Nós chegamos a um ponto do qual não podemos recuar.

Estamos começando uma nova etapa.

Para esse novo tempo eu peço a ajuda de Deus e também o apoio indispensável, generoso e bom do nosso povo. De você, brasileira, de você, brasileiro, que, neste instante, generosamente ouve o Presidente da República.